



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

## MENSAGEM Nº 146 - DO SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADOPOLIS

Pradópolis, 25 de julho de 2019.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Senhora Vereadora.

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa colenda Câmara Municipal, o incluso projeto de lei que **"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO FIRMAR ACORDO JUDICIAL NOS AUTOS DA AÇÃO POPULAR - PROCESSO Nº 0700503-82.1989.8.26.0222 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, a fim de que sua apreciação ocorra em regime de urgência especial, nos termos dos artigos 128 e 129 do Regimento Interno dessa ilustre Casa Legislativa.

Em 14/03/1989 foi proposta uma ação popular em face da empresa M&S Consultoria Integrada S/C Ltda. e seus sócios e do então Prefeito Municipal, Sr. Agenor Pavan, atualmente representado pelo seu espólio, tendo como objetivo a declaração de nulidade do contrato firmado no ano de 1985 entre o Município de Pradópolis, durante a gestão do então Prefeito Sr. Agenor Pavan, visando também o ressarcimento de danos ao erário público. Referida ação está em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Guariba, Estado de São Paulo, sob o Processo nº 0700503-82.1989.8.26.0222.

Tal ação popular foi julgada procedente e atualmente o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença, sendo que em 10/08/2018, em decisão homologatória, o E. Juízo acolheu o laudo pericial que apurou o valor do débito principal em R\$ 5.005.037,74 (cinco milhões, cinco mil, trinta e sete reais e setenta e quatro centavos).

Portanto, o Município de Pradópolis tornou-se credor do débito mencionado, sendo que este será quitado em sua integralidade, com a devida atualização.

O débito principal, devidamente atualizado, é de R\$ 6.300.000, 00 (seis milhões e trezentos mil reais), que será pago em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, mediante depósito bancário, em conta exclusiva indicada pela Prefeitura Municipal, tendo a seguinte destinação para os valores: 50% (cinquenta por cento) para a construção de uma nova ETE – Estação de Tratamento de Esgoto e 50% (cinquenta por cento) a ser utilizado a critério da Administração.

Salienta-se que todo o procedimento tem sido acompanhado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, representado pelo Promotor de Justiça, Dr. Hermes Duarte Moraes, em vistas a tutela do interesse público, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei Federal nº 4.717/65 (Lei da Ação Popular), conforme PAF nº 62.0277.0000019/2019-2, tendo como objetivo acompanhar e dar publicidade às tratativas do acordo a ser realizado nos autos da Ação Popular.

Diante do exposto, aguardo de Vossa Excelência e de seus nobres pares que reconheçam a importância deste projeto de lei, colocando-o em discussão e votação, com a máxima urgência possível.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

---

À oportunidade renovo a Vossa Excelência e demais Pares, os protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,



**SILVIO MARTINS**  
Prefeito Municipal

À Sua Excelência o Senhor Vereador, **FÁBIO PEREIRA DA COSTA**, Presidente da Câmara Municipal de Pradópolis, Estado de São Paulo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

PROJETO DE LEI **068**/2019

**DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO FIRMAR ACORDO JUDICIAL NOS AUTOS DA AÇÃO POPULAR - PROCESSO Nº 0700503-82.1989.8.26.0222 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**SÍLVIO MARTINS**, Prefeito do Município de Pradópolis, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 71 da Lei Orgânica do Município,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal, em Sessão \_\_\_\_\_ realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte...

## **LEI:**

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordo judicial nos autos da Ação Popular – Processo nº 0700503-82.1989.8.26.0222, em que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Guariba, cujo o objeto da ação envolve a declaração de nulidade de contrato firmado entre o Município de Pradópolis na gestão do Ex-Prefeito Dr. Agenor Pavan com a empresa M&S Consultoria Integrada S/C Ltda., bem como o ressarcimento de danos ao erário público.

**Artigo 2º.** Para quitação do objeto da ação, o Município receberá a quantia de R\$ 6.300.000, 00 (seis milhões e trezentos mil reais), correspondente ao valor do débito principal acrescido de juros e correção monetária, devidamente homologado, tendo a seguinte destinação:

I – 50% do valor, correspondente a R\$ 3.150.000,00 (três milhões, cento e cinquenta mil reais), será quitado mediante destinação de verbas exclusivamente para a construção de uma nova ETE – Estação de Tratamento de Esgoto;

II – 50% do valor, correspondente a R\$ 3.150.000,00 (três milhões, cento e cinquenta mil reais), será quitado diretamente ao Município, sendo a utilização do recurso a critério da Administração.

**Parágrafo único.** O pagamento ao Município será realizado em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, depositado em conta própria indicada pela Administração na minuta de acordo a ser elaborada entre as partes.

**Artigo 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pradópolis, em 25 de julho de 2019.

  
**SÍLVIO MARTINS**  
Prefeito Municipal de Pradópolis